

Editorial

É com satisfação que trazemos a público mais um número dos *Cadernos da Escola do Legislativo*. Esta 23ª edição dá continuidade a discussões existentes em números anteriores, mas também se abre para novas temáticas.

O texto que se destaca como uma continuidade temática deste periódico é o de pesquisadoras ligadas à Fundação João Pinheiro, intitulado Avaliação da divulgação e da prestação de contas da atuação das comissões legislativas nos portais de Assembleias. A reflexão sobre as novas tecnologias e, em especial, sobre a internet ocupa as páginas dos cadernos desde a década de 1990. Nos Cadernos nº 8, editado em 1998, foi publicado artigo intitulado A democracia eletrônica, do professor Geoffrey Aikens, da Universidade Cambridge, Inglaterra. O tema reaparece de forma reiterada nas edições seguintes, acompanhando a importância que as novas tecnologias adquiriram para o aperfeiçoamento da democracia. Há uma onda recente em favor de mais transparência, em reação a um Estado cuja opacidade não se limita à herança de um período autoritário, mas reflete também a própria concepção elitista de fazer e de pensar a política. Permitindo que os Cadernos permaneçam como espaço de reflexão nesta temática, as autoras do artigo em tela examinaram o acesso à informação sobre os trabalhos das comissões permanentes de cinco Assembleias Legislativas. Cabe registrar que a Assembleia de Minas Gerais, uma das contempladas na referida pesquisa, lança este ano o Portal de Políticas Públicas, uma das ações definidas em seu planejamento estratégico, que, a nosso ver, representa salto significativo no uso das novas tecnologias para o acompanhamento das políticas públicas. Nesse sentido, o agradecimento pela pesquisa se dá na forma de um convite para que o *site* da Assembleia Legislativa de Minas seja revisitado

pelos pesquisadores nacionais interessados na temática, considerando os avanços apresentados em período posterior aos examinados para o artigo que ora vem a público. As pesquisas sobre novas tecnologias sofrem este impasse: parece que estamos sempre correndo atrás das novas experiências e de inovações tecnológicas que impactam o dia a dia das pessoas e do cenário político.

Outro campo de pesquisa caro aos estudos sobre representação política e sobre Parlamento que reaparece nesta edição é o da comunicação, desta vez enfocando, como o próprio título do artigo anuncia, o estereótipo das mulheres políticas na mídia. Utilizando-se tanto de literatura recente sobre a representação discursiva de minorias no cenário político quanto de categorias já sedimentadas em pesquisas na comunicação, como a noção de enquadramento de Goffman, a autora, Rayza Sarmiento, examina a entrevista da presidenta Dilma Rousseff, realizada pela jornalista Patrícia Poeta para o programa Fantástico, exibido em 11 de setembro de 2011. Em que medida essa entrevista se enquadra no formato das coberturas jornalísticas das mulheres políticas é algo que os interessados poderão conferir com a leitura do segundo artigo que integra esta edição.

Como linha editorial desta publicação, procura-se sempre trazer uma reflexão no campo do direito, com o qual o Poder Legislativo deve se manter em permanente diálogo. O Parlamento é o espaço por excelência da tensão entre a política e o direito, de forma que devemos alimentar a reflexão jurídica tanto sobre o funcionamento do Poder Legislativo, devido ao processo legislativo, quanto sobre os temas que estão na pauta das casas legislativas. Esse espaço é preenchido nesta edição pelo artigo de autoria de Paula Gabriela Mendes Lima, intitulado A luta pelos direitos humanos infantojuvenis em uma sociedade em permanente processo de democratização.

O quarto artigo, ao abordar A cooperação na gestão das águas – estudo comparativo de três Comitês de Bacias Hidrográficas de Minas Gerais, de autoria de Matilde Souza, versa sobre tema caro ao Legislativo Mineiro. O texto, que examina os Comitês das Bacias Hidrográficas do Rio Piracicaba, do Rio Paraopeba e do Rio das Velhas, pretende discutir se a interatividade promovida pelos referidos colegiados

produz comportamento cooperativo que se sustenta no tempo. O problema que moveu a pesquisadora é essencial para pensar o modelo de democracia apoiado nos conselhos setoriais, ainda que a pesquisa se detenha na política de gestão das águas.

O quinto artigo, intitulado De la ruptura a la convergência – a análise de la transición de los gobiernos neoliberales y el giro a la izquierda en Argentina y Brasil, foi produzido pelo estudante Guilherme Andrade Silveira, como parte de seu intercâmbio acadêmico na Universidade de Buenos Aires.

O último artigo, ao mesmo tempo que torna mais acessível, pela clareza e organização das ideias que apresenta, tema hermético para os que não estão familiarizados com o debate sobre a democracia deliberativa, procura responder a uma questão instigante sobre a formação do sujeito político em Habermas. Afinal, as condições formuladas por esse pensador para a efetivação da democracia são tão elevadas, que poderiam nos levar a crer que somente sujeitos políticos altamente capazes e preparados estariam aptos para o exercício da democracia. A autora, a professora Ângela Cristina Salgueiro Marques, demonstra que tal concepção de sujeito político não condiz com a teoria habermasiana, que não concebe o sujeito como prévio à sociedade, mas que ele se forma em suas ações discursivas com o outro. Como a referida professora trabalhou o tema de seu texto na disciplina 'Política e Comunicação', que ministrou no curso de especialização oferecido pela Escola do Legislativo alguns meses antes de submeter o artigo a este periódico, é interessante perceber como o seu discurso em sala de aula, na interação com os alunos, foi parte, consciente ou não, da construção do argumento do artigo em tela.

Na certeza de que esta edição atende aos objetivos e às diretrizes dos Cadernos da Escola do Legislativo, desejamos a todos os interessados uma boa leitura.

Guilherme Wagner Ribeiro
Editor